

Violência de Estado

State violence

Guilherme Castelo Branco

Coordenador do Laboratório de Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Rio Janeiro. Chefe de Departamento de Filosofia (2014-2015), da UFRJ, onde é professor o Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Pesquisador do CNPq. Pesquisador da FAPERJ. Membro do Centre Michel Foucault, França. Contato: guicbranco@ig.com.br

RESUMO:

O domínio da filosofia política tem sido verdadeiramente desafiado a responder a questões difíceis levantadas pela violência política, pelas guerras, pelos campos de concentração, pelos campos de extermínio, e pelos assassinatos indiretos causados pela gestão burocrática da economia e da vida das pessoas. O presente texto discute a violência de Estado inspirado nas análises e nos conceitos de Michel Foucault.

Palavras-chave: violência de Estado, governamentalidade, biopolítica, agonística.

ABSTRACT:

The political philosophy field has been truly challenged to answer tough questions raised by the political violence, wars, concentration camps, extermination camps, and by the indirect assassinations caused by the bureaucratic management of the economy and the management of people's lives. This article discusses the state violence thought the analysis and concepts by Michel Foucault.

Keywords: state violence, governmentality, biopolitics, agonistic.

BRANCO, Guilherme Castelo (2014). Violência de Estado. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 9, mai-ago, pp. 2-12.

Recebido em 02 de maio de 2014. Confirmado para publicação em 02 de junho de 2014.

Um detalhe da notícia da morte de Osama Bin Laden em 2011, no Paquistão, me deixou extremamente escandalizado: a cúpula da Casa Branca fez questão de divulgar que se reuniu para assistir, ao vivo, à operação que resultou na morte do contestador extremista de origem saudita. No meu entender, nada justifica se assistir a uma execução como se fosse espetáculo. Tal fruição já tinha sido feita, conta a história, por líderes enlouquecidos, por tiranos, por governantes insensatos, por curiosos mórbidos. Em pleno século XXI, repete-se algo que era feito no passado por chefes de grupos criminosos ou por governantes sanguinários. Não pude deixar de ver umnexo entre o que houve numa importante prisão e também campo de extermínio alemão de Plötzensee, em Berlim e este episódio da Casa Branca. No memorial alemão (desde 1984), que conheci casualmente, li com perplexidade que certos inimigos do regime nazista foram filmados durante a execução, e que tais filmes foram feitos para serem posteriormente assistidos por líderes nazistas. Não posso deixar de ver uma similaridade, bárbara e degradante, nestas práticas levadas a cabo por governantes de sistemas políticos aparentemente muito diferentes. Não consigo entender qual é o gozo ou deleite que faz com que políticos assistam à execução, ao vivo ou não, de inimigos políticos, no atual momento histórico. Mas espantoso ainda, para mim, foi perceber que meu horror foi recebido com indiferença e, em certos casos, com ironia. Para muitos, esse tipo de prática ou é normal, ou é o um comportamento esperado por aqueles que praticam a todo tempo guerras sujas.

A racionalidade política contemporânea levou a muitos abusos do poder, a muitos excessos, a desmedidas. Nos últimos dois séculos, verificamos que a razão científica não contrariou nem sequer procurou contradizer a (ir)racionalidade política existente em todos os sistemas políticos e em todas as ideologias¹. A razão científica e tecnológica esteve

¹ Salvo poucos pensadores e militantes, como Bertrand Russel, no início do século

e continua a estar numa posição subalterna face ao capital e aos poderes políticos hegemônicos. Não deixa de ser um paradoxo: ao mesmo tempo em que certos usos da ciência e da tecnologia trouxeram benefícios e contribuições para muitas pessoas, simultaneamente a violência política agrediu pessoas e destruiu projetos de vida, modos de vida, padrões culturais, estruturas sociais e econômicas. Todavia, quando a ciência, a técnica, a racionalidade política e burocrática trabalham juntas para atingirem o objetivo de conquistar e manter uma forma qualquer de hegemonia política, o nível de violência potencial que põem em cena é avassalador. A ciência, a técnica e a política, juntas, possuem um poder de destruição devastador. Tal paradoxo é um dos desafios ao pensamento da modernidade².

A violência e o poder de destruição, que cresceram nas últimas décadas, abrem uma questão fundamental que exige a renovação da filosofia política, assim como de toda análise e teoria política. Por este motivo, diversos filósofos, dos mais diferentes matizes teórico-conceituais, procuraram forjar instrumentais teóricos que lhes permitissem analisar as diversas técnicas de poder e os acontecimentos políticos que foram sucessivamente praticados no mundo ocidental (mas não somente) nos últimos séculos. Walter Benjamim, Rosa Luxemburgo, Karl Marx, Michel Foucault, Sigmund Bauman, Giorgio Agamben, Hannah Arendt, Marx Weber, dentre outros, muitos pensadores foram mobilizados pela questão política aberta pela modernidade. Nosso referencial teórico para

XX, Oppenheimer, no pós-guerra, líderes como Ghandi, grupos antimilitaristas e antiguerras espalhados pelo mundo a partir da guerra fria. A mensagem destas pessoas e destes grupos, todavia, parece não ter grande poder de contaminação social, malgrado a gravidade das denúncias que apresentam. A pequena repercussão talvez seja em parte justificada pelas máquinas de contra-propaganda das empresas e dos relatos 'oficiais' acionados pelos diferentes Estados e grupos políticos para justificar as máquinas de guerra e a corrida armamentista.

² Um pensador que tem uma teorização importante nesta temática é Max Weber, que influenciou, certamente, as análises de Michel Foucault.

tratar da questão neste texto, ressaltemos, vem da inspiração das ideias de Foucault.

As técnicas de poder que Foucault procurou analisar fazem parte da construção histórica do que o filósofo denominou de ‘governamentalidade’³, conceito que tem variadas acepções, dentre as quais a que está a seguir:

(...) por ‘governamentalidade’, eu entendo que é a tendência e a linha de força que, em todo o Ocidente, nunca deixou de conduzir, e de há muito, para a proeminência deste tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’(governo)⁴ sobre os demais: soberania, disciplina, e que levou, por um lado, ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de ‘governo’(governo)[e, por outro lado] ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2004b: 111-112).

Foucault levantou a hipótese de que o exercício dos poderes não é feito tão somente pelo Estado e suas instituições, pois a máquina do Estado não pode cobrir todos os campos reais e efetivos nos quais acontecem relações de poder, em sua dinâmica irresistível, disseminadas em todos os lugares da vida social. As relações de poder têm tal alcance e estão tão disseminadas nas estruturas sociais que, em certos países e momentos históricos, podem surgir práticas excessivas, abusivas e patologias do poder conectadas e sintonizadas com segmentos importantes do mundo social e político. Tais práticas efetivas dos poderes, desde o começo do século XIX, são exercidas por uma série de parceiros e instituições que compartilham, numa gigantesca rede, de todo um domínio de relações

³ A governamentalidade, porque é um conjunto de técnicas de gestão que resultam num contexto de poder descentralizado e exercido inclusive pelo mercado, não pode ser confundida com a soberania, que preocupa-se, sobretudo, com a conquista e manutenção do poder de Estado pelo seu detentor ou pelos seus detentores. Uma importante diferença entre governamentalidade e soberania, por outro lado, segundo o pensador francês, está em que a primeira faz morrer e deixa viver, enquanto que a segunda faz viver e deixa morrer.

⁴ Sobre as expressões utilizadas por Foucault, governamentalidade e governo, inspiro-me em Alfredo Veiga-Neto.

de poder e de intervenção social que vai das grandes instituições até os pequenos acontecimentos e relações interpessoais.

Na modernidade, sem dúvida, quando o assunto são as ocorrências de violência política, ou mesmo violência policial, um fato irrefutável surge diante de nossos olhos: os assassinatos, os campos de extermínio, as perseguições, a brutalidade, não existe ninguém que não saiba disto, seja diretamente, seja através dos meios de informação. A brutalidade tem localização diversificada, pode às vezes ser pontual ou, pelo contrário, atingir diversos países ao mesmo tempo. Nada mais em desacordo com os ideais do Iluminismo e do uso da razão. Os direitos dos povos e das coletividades não têm sido assegurados, ao longo do tempo e nos diversos continentes, o que deixa brechas abertas para que surjam o descaso, a desrespeito, a violência cega, no passado e na atualidade. Esta é a questão maior que escandaliza a Filosofia Política: a disseminação da violência, da truculência na modernidade, na contramão do que muitos consideram como sendo a época da racionalidade científica e da prosperidade geral dos povos.

Todavia, para Foucault, os excessos cometidos pelos poderes instituídos não seriam um fenômeno ideológico especial nem mesmo um fato histórico particular e localizado, como o totalitarismo e a Segunda Guerra mundial. Sua questão não decorre de uma tentativa de compreensão do fenômeno totalitário e do antissemitismo, que foi o ponto de partida de análises como as de Hannah Arendt, de Bauman e de Agambem. Para Foucault, temos diante de nós, isto sim, o resultado de uma tecnologia de poder nascida em meados do século XVIII, e que tem por alvo a regulação da população, que Foucault denomina de “biopolítica da espécie humana” (Foucault, 1997: 214).⁵ Este novo poder funcionaria diferentemente do poder de soberania, que “fazia morrer e deixava viver” (Idem: 220), ao passo que “agora surge um poder que eu chamaria de regularização, e

⁵ No meu entender, o grande especialista brasileiro no tema é Cesar Candiotto.

que consiste, pelo contrario, em fazer viver e deixar morrer” (Ibidem). Este segundo tipo de modalidade de poder, para exemplificar, recebeu inúmeras versões, todas de extrema violência, nos nossos tempos, nos quais a perseguição política não deixa de ter componentes biológicos, pois o militante político caçado e eliminável é percebido como sendo portador de características genéticas e traços biológicos perigosos para o restante da sociedade. O militante praticante das resistências ao poder foi convertido pelas máquinas de repressão em um ‘inimigo objetivo’, como alvo de uma política de extermínio nos regimes totalitários, como bem teorizou Hannah Arendt. Mas Foucault alarga o espectro desta reflexão. Na biopolítica, o alvo de uma ‘regulação’ racional da sociedade pode ser qualquer grupo, coletividade, povo, e pode continuamente ser transformado, retrabalhado e aperfeiçoado o seu objeto de intervenção. Basta ser um cidadão, integrar a sociedade, para ser um potencial alvo de intervenção e eliminação. Os humilhados, os precários, os párias, os estranhos, os estrangeiros, os criminosos, os doentes crônicos, óbvio, são alvos preferenciais

No *Il faut défendre la société*, Michel Foucault demonstra sua indignação com o fato de que o Estado contemporâneo tenha passado a eliminar sua própria população, o que contraria seus objetivos e sua razão de ser:

Como um poder como este [o biopoder] pode matar, se ele na verdade cuida essencialmente de majorar a vida, de prolongar sua duração, de aumentar suas chances, e afastá-la dos acidentes, de compensar suas deficiências? Como, nestas condições, é possível, para um poder político, matar, pedir a morte, causar a morte, fazer morrer, dar a ordem de matar, expor à morte não somente seus inimigos, mas também seus cidadãos? Como este poder que tem por objetivo fazer viver pode deixar morrer?(Foucault, 1997: 26-227).⁶

Não são os párias, ou grupos sociais que estavam historicamente

⁶ Este fenômeno, que Foucault denomina de racismo de Estado, foi objeto de pesquisa de Célia Bernardes, vide bibliografia.

afastados do poder e depois incluídos os alvos desta política pormenorizada de eliminação. Todo e qualquer cidadão, nascido dentro de um sistema político e com direitos definidos, pode tornar-se, de um momento para outro, uma possível vítima de um processo de exclusão e destituição de direitos, muitas vezes a partir de uma mera decisão burocrática. Para Foucault, a história da razão, nos últimos três séculos, consiste no crescente avanço de diversas tecnologias de poder, constitui-se de diversas e sucessivas técnicas de controle da subjetividade e das populações, o que faz da governamentalidade política um fenômeno histórico-social pouco confiável.

A política e a burocracia, que tem caminhado de mãos dadas com conhecimentos técnicos e científicos, têm realizado as mais diversas modalidades de eliminação social, cultural, econômica, em distintas escalas, em práticas que vão da guerra ao descaso com os não cobertos pela seguridade social, na indiferença com as regiões do planeta onde grassa a fome e epidemias, na construção de muros e barreiras para impedir a entrada de estrangeiros pobres em busca uma vida melhor. A burocracia e os campos de extermínio, com todo o seu aparato técnico-científico, com todas as competências funcionais a serviço delas, são prova cabal deste excesso da racionalidade em nossa época, independentemente do regime político ou ideológico.⁷ Talvez os países que mais tenham praticado procedimentos de eliminação, guerras e violências de todo tipo sejam os ícones das democracias contemporâneas, tais como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, dentre outros.

A problematização da política, cabe lembrar, não é de ordem moral, advinda da refutação do uso da racionalidade em nome de valores humanos, nem é a de procurar ter êxito na contestação do poder da razão, em nome de um campo extra racional. A crítica filosófica deve possibilitar que tenhamos consciência, a partir de uma análise histórica e da

⁷ Camus, assim como Hannah Arendt, foram felizes e tratar do tema, vide bibliografia.

vida social, observando os seus campos particulares e ‘menores’ de como “nós nos tornamos prisioneiros de nossa própria história” (Foucault, 1994, vol. IV: 225). Por outro lado, Foucault defende uma teoria nominalista do poder, pois as relações de poder decorrem de campos de força efetivamente em disputa em toda e qualquer modalidade de acontecimento social, o que gera uma concepção agonística da sociedade.⁸ O *agon* consiste no ponto de partida dos relacionamentos sociais, é do campo conflitual da agonística que surgem, como efeitos incorporais, regras de direito, acordos políticos, zonas de equilíbrio. O mundo social não é igualitário, não é um lugar de consenso possível, não decorre de um campo de justiça transcendente, superior aos inúmeros campos de força ou conflituais exercitados, constantemente, pelos diversos agentes sociais, pelo menos até o presente momento. O mundo social é formado e estruturado pelas estratégias e pelos campos de força postos em ação pelos indivíduos, grupos sociais e povos. A agonística, todavia, não funda um campo de conflito violento, violência inerente aos seres humanos; pelo contrário, a violência é a demonstração de que o campo de luta agonístico foi suspenso, demonstra que houve uma paralisia do campo de conflito pela imposição da força por alguma das partes do campo econômico, político e social.

Segundo Foucault, a nova era da governamentalidade como tecnologia do poder, cuja vocação principal é a gestão e administração da população, a regulação das atividades econômicas, assim como a articulação e o planejamento estratégico da vida socioeconômica, comporta situações de exceção, nas quais as regras do jogo político passam a ser ameaçadas e são anuladas. É neste ponto limítrofe que se inicia o golpe de Estado, entendido enquanto iniciativa e ação feitos pelo próprio Estado, leia-

⁸ Para compreender melhor o tema, ler o livro de Giovana Temple, indicado na bibliografia.

se Estado de Direito⁹: a razão de Estado converte-se em golpe de Estado, e, neste momento, é violenta, o que leva à ideia de que não existe antinomia, no que concerne ao Estado, pelo menos, entre razão e violência¹⁰. É possível se afirmar, inclusive, que “a violência de Estado nada mais é do que a manifestação abrupta, de certo modo, de sua própria razão” (Foucault, 2004b: 270). Ao fim e ao cabo, a noção de golpe de Estado é inerente ao Estado, e por este motivo justifica-se a expressão Terrorismo de Estado, que é a manifestação da violência do Estado face à sua população e ao sistema legal. Na raiz e no cerne da racionalidade política está a violência, a tendência ao genocídio e à produção da morte, fato irrefutável do presente histórico. O Estado e o crime de Estado são manifestações da própria razão de ser do Estado. Eles coabitam na paradoxal inter-relação entre legalidade e violência.

Todavia, tratando-se de relações de poder, de lutas agonísticas constantes na vida social e política, não é possível negar a força das lutas de resistência e de transformação política e social. O Estado de Exceção, o Estado de Sítio são uma possibilidade política e jurídica (às vezes) ocasional, que ocorre às vezes num determinado país, em certas condições, num período de tempo. Nunca houve, no curso da história, um Estado de Exceção que tenha durado séculos, devido às constantes lutas agonísticas das populações, e dos grupos ativistas e libertários¹¹.

⁹ Neste caso, temos de deixar claro que a noção de Golpe de Estado, em Foucault, é sinônimo de estado de sítio ou estado de exceção, situação que se desencadeia por dispositivos constitucionais e que é realizado pelo próprio Estado, em caso de ameaça (real ou fictícia) externa ou interna. A noção tradicional de golpe de estado, por sua vez, seria o objeto da análise do filósofo, para explicar a violência de Estado.

¹⁰ O que assegura nossa interpretação apresentada na nota anterior: o golpe de Estado é iniciativa e realização do Estado

¹¹ Neste sentido, a hipótese de Giorgio Agambem sobre a constância do Estado de exceção na modernidade é muito questionável e não se sustenta, pois desmerece o poder das fortes lutas de resistência e por direitos políticos realizados por grupos humanos, em muitas partes do planeta.

Todavia, nos tempos modernos o exercício do poder, em sua forma oficial, tornou-se mais insidioso, como afirma Foucault: “nunca existiu, creio eu, na história das sociedades humanas – inclusive na velha sociedade chinesa –, no interior das estruturas políticas, uma combinação tão complexa de técnicas de individuação e de procedimentos totalitários” (Foucault, 1994, v. IV: 229).

Certamente, o ápice da violência de Estado não está na eliminação dos indesejáveis, de parcelas da população que foram ou podem passar a ser excluídos e elimináveis. O maior poder de destruição, do qual quase ninguém fala, e Foucault insiste neste ponto, está no caráter suicida do Estado:

(...) o que faz com que o poder atômico seja, para o funcionamento do poder político atual, uma espécie de paradoxo difícil de contornar, ou mesmo absolutamente incontornável, é o fato de que, com o poder de fabricar e de utilizar a bomba atômica, pôs-se em cena um poder que é o de eliminar vida como tal... de se auto-suprimir, conseqüentemente, como poder de manter a vida (Foucault, 1997: 226).

Foucault não deixa de ter razão, uma vez que existe, hoje, 128 mil bombas atômicas em estoque no mundo, nas mãos de alguns poucos países, prontas para serem ativadas. Não sabemos qual é estoque de bombas de hidrogênio. Temos a certeza, entretanto, do potencial de destruição absoluta de toda e qualquer forma de vida da vida no planeta. Assim, temos que reconhecer que, no limite, os Estados contemporâneos possuem um poder de destruição total, de caráter totalmente suicida, de modo a eliminar toda e qualquer luta agonística, ou seja, relações de poder nas quais possam surgir campos efetivos de liberdade.¹² Foucault lembra, para completar sua lista, apenas para tocar na questão da

¹² O que implica em se dizer que agonística e convivência social não se excluem. O que é estranho à agonística é a tese de realização de um consenso social, pois esta concepção de consenso poderia implicar no fim do embate agonístico, logo, no fim do jogo de transformações sociais e históricas.

biopolítica, que o caráter suicida do Estado chega a seu ápice com a fabricação de “(...) vírus incontrolláveis e universalmente destruidores” (Idem). O que é uma demonstração da insensatez do neoliberalismo na atualidade, pois a maior parte das verbas para a ciência e tecnologia são destinadas à pesquisa bélica e ao desenvolvimento de armas químicas e biológicas.

Para concluir: se o Estado tem na sua raiz a violência, as resistências ao poder devem visar à eliminação do próprio funcionamento do Estado, dos excessos que ele comete, recusar a insensatez que preside suas alianças. A resistência ao poder, todavia, não é só política. Tem por objetivo a vida, a preservação da vida, não apenas a defesa de modos de vida; as resistências contra os excessos de poder dos Estados mais importantes são as que sustentam a luta pela manutenção das diversas formas de vida no planeta. Mas que sustentam também, e é importante não esquecer disto, as lutas das minorias, as lutas étnicas, as lutas ecopolíticas, as lutas por novas sexualidades e subjetividades, e toda outra forma de luta que mobilize as pessoas no sentido mais amplo e formidável da vida política.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio (2003). *État d'exception, Homo sacer*. Paris: Ed. du Seuil.
- BERNARDES, R. C. O. (2013). *Racismo de Estado*. Curitiba: Juruá, 2013.
- FOUCAULT, Michel (1994). *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Gallimard. 4 volumes organizados por D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange. Paris: Gallimard.
- _____ (1997). *Il faut défendre la société*. Paris: Ed. du Seuil.
- _____ (2004a). *Naissance de la biopolitique*. Paris: Ed. du Seuil.
- _____ (2004b). *Sécurité, territoire, population*. Paris: Ed. du Seuil.
- PORCEL, B. (org.) (2012). *La Filosofía Política Contemporánea y sus derivas en la constitución de las subjetividades*. Rosario: Laborde, 2012.
- RAJCHMAN, J. (1987). *A liberdade da filosofia*. RJ: Zahar, 1987.
- SARDINHA, D. (2011) *Ordre et temps dans la philosophie de Foucault*. Paris, L'Harmattan, 2011.
- TEMPLE, Giovana (2013). *Acontecimento, poder e resistência em Michel*. Cruz das Almas: Ed. UFRJ.